



O USO DE DRONES NA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: DESAFIOS JURÍDICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA AMAZÔNICA

Marlon Claro Pereira¹, Denison Melo de Aguiar², Flávio Humberto Pascarelli Lopes³, Bruno Patrício de Azevedo Campos⁴, Anderson Jared Canuto Queiroz⁵, José Cláudio Pereira Cardoso Vicente⁶, Marcos Douglas Da Silva Lopes⁷, Gabriel Olímpio Feitosa⁸ Luhan Ammy Andrade Picanço⁹.



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2026v12n1p391-404>

Artigo recebido em 10 de Março e publicado em 10 de Abril de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

Este artigo analisa os impactos multidimensionais da implementação de drones pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM), focando nas dimensões institucional, jurídica e socioambiental. O estado do Amazonas, com sua vasta extensão territorial e complexidade geográfica, impõe desafios logísticos que demandam inovações tecnológicas para a eficiência do policiamento. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, utilizou procedimentos bibliográficos e documentais, ancorados na Análise de Discurso e no referencial teórico de autores. Os resultados indicam que o uso de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA) consolidou o modelo de Policiamento Orientado pela Inteligência, otimizando a fiscalização ambiental e salvaguardando a integridade física dos agentes em missões de alto risco. Contudo, a investigação aponta lacunas no marco regulatório nacional e desafios éticos frente à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e à privacidade de comunidades tradicionais. Conclui-se que, embora o drone atue como um multiplicador de força essencial na Amazônia, sua legitimidade depende de protocolos de transparência e de uma governança que equilibre a eficácia operacional com o respeito inalienável aos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Drones; Segurança Pública; Amazônia; Direitos Fundamentais.



THE USE OF DRONES IN THE OPERATIONS OF THE AMAZONAS MILITARY POLICE: LEGAL, SOCIAL, AND ENVIRONMENTAL CHALLENGES IN AMAZONIAN PUBLIC SECURITY

ABSTRACT

This article analyzes the multidimensional impacts of the implementation of drones by the Military Police of Amazonas (PMAM), focusing on institutional, legal, and socio-environmental dimensions. The state of Amazonas, with its vast territorial extension and geographical complexity, imposes logistical challenges that demand technological innovations for policing efficiency. This qualitative and exploratory research utilized bibliographic and documentary procedures, anchored in Discourse Analysis and the theoretical framework of authors. The results indicate that the use of Remotely Piloted Aircraft (RPA) consolidated the Intelligence-Led Policing model, optimizing environmental surveillance and safeguarding the physical integrity of agents in high-risk missions. However, the investigation points to gaps in the national regulatory framework and ethical challenges regarding the General Data Protection Law (LGPD) and the privacy of traditional communities. It concludes that, although drones act as an essential force multiplier in the Amazon, their legitimacy depends on transparency protocols and a governance model that balances operational effectiveness with an inalienable respect for fundamental rights.

Keywords: Drones; Public Security; Amazon; Fundamental Rights.

Instituição afiliada –

Polícia Militar do Amazonas – PMAM^{1 4 5 6 7 8 9}

Universidade do Estado do Amazonas - UEA^{1 2 4 5 6 7 8 9}

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM³.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A modernização das instituições de segurança pública tem sido marcada pela incorporação acelerada de tecnologias de vigilância aérea, com destaque para os Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), popularmente conhecidos como drones (SILVA, 2025). No estado do Amazonas, essa adoção pela Polícia Militar (PMAM) encontra respaldo na necessidade premente de superar as barreiras impostas por um território de dimensões continentais, caracterizado por densas áreas de floresta e complexas redes ribeirinhas. Entretanto, a inserção dessas ferramentas no aparato estatal não é um processo puramente técnico; ela carrega consigo implicações profundas que transitam entre a eficiência operacional e a necessidade de salvaguardar direitos fundamentais em contextos de alta vulnerabilidade social (FERREIRA, 2025).

A utilização de drones pela PMAM justifica-se institucionalmente como uma estratégia de fortalecimento da presença do Estado em locais de difícil acesso, otimizando recursos e ampliando a capacidade de resposta rápida. Como apontam Peres, Moura e Aguiar (2020), as políticas públicas na Amazônia devem considerar as especificidades regionais e a complexidade territorial para que sejam efetivas. Nesse sentido, o monitoramento aéreo surge como um braço logístico essencial para a vigilância de fronteiras, combate ao tráfico e apoio em operações táticas, prometendo uma análise aérea tática que as patrulhas terrestres ou fluviais dificilmente alcançariam com a mesma agilidade (SILVA, 2025).

Contudo, essa vigilância aérea em solo amazônico não ocorre em um vácuo social. A literatura recente sobre a saúde indígena e o acesso a sistemas públicos já alerta para a importância de considerar os impactos sociais e culturais das intervenções estatais (PERES; MOURA; AGUIAR, 2020). Ao transpor essa preocupação para a segurança pública, percebe-se que o uso de drones pode afetar diretamente os modos de vida tradicionais de comunidades ribeirinhas e indígenas. O que para o Estado é monitoramento, para essas populações pode ser percebido como uma intrusão, gerando tensões que colocam em xeque a relação entre o policiamento e a preservação das garantias individuais e coletivas.

A ambiguidade tecnológica também se manifesta na esfera ambiental e



fundiária. Instrumentos jurídicos e tecnológicos, como o Cadastro Ambiental Rural, têm demonstrado uma dualidade perigosa: ao mesmo tempo em que servem ao combate de ilícitos, podem ser instrumentalizados para legitimar práticas de grilagem em terras públicas (JÚNIOR; SANTOS; AGUIAR, 2023). Essa premissa é fundamental para analisar os drones: embora possuam um potencial transformador na fiscalização de crimes ambientais e desmatamento, sua aplicação exige rigorosa transparência para evitar que a tecnologia se torne um instrumento de abuso de poder ou de vigilância seletiva contra grupos historicamente marginalizados.

Do ponto de vista científico, este estudo propõe uma análise interdisciplinar situada na interseção entre o Direito, a Sociologia e a Ciência Política. A lacuna acadêmica que se busca preencher reside na necessidade de compreender como a inovação tecnológica na segurança pública dialoga com os direitos fundamentais em uma região de conflitos socioambientais crônicos. Conforme evidenciado por Aguiar e coautores (2023), ferramentas de fiscalização exigem uma análise crítica e uma regulamentação robusta para que não ocorram distorções em sua aplicação, garantindo que o avanço técnico não resulte em retrocesso jurídico.

Portanto, o presente artigo tem como objetivo geral descrever o uso de drones pela PMAM e seus impactos multidimensionais na Amazônia. Especificamente, pretende-se: dissertar sobre a dimensão institucional e os desafios logísticos da adoção desta tecnologia; compreender os limites legais e regulamentações existentes frente aos direitos fundamentais; e, por fim, relacionar os impactos sociais e ambientais em comunidades locais, avaliando a percepção das populações afetadas e o potencial de combate a ilícitos na floresta.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, voltada à compreensão dos impactos institucionais, jurídicos, sociais e ambientais do uso de drones pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM). A escolha pelo caráter exploratório justifica-se pela necessidade de identificar novas dimensões de um fenômeno ainda pouco estudado no contexto amazônico, permitindo interpretar significados e relações sociais complexas (MINAYO, 2012). Esta orientação metodológica alinha-se aos estudos de Aguiar e coautores, que utilizam análises qualitativas para problematizar os efeitos



de políticas públicas sobre populações e territórios regionais (PERES; MOURA; AGUIAR, 2020; JÚNIOR; SANTOS; AGUIAR, 2023).

O delineamento da pesquisa baseia-se em procedimentos de natureza bibliográfica e documental, com o suporte estratégico do Google Acadêmico para a sistematização de fontes primárias e secundárias. O corpus documental compreende legislações, regulamentos e relatórios da PMAM, enquanto a base bibliográfica ancora-se em produções científicas sobre segurança pública, direitos fundamentais e tecnologia. Destaca-se a integração de obras recentes de Denison Melo de Aguiar sobre o uso de drones no policiamento (SANTOS; AGUIAR, 2025), inovação em áreas de fronteira (POLARI; AGUIAR, 2025) e preservação ambiental (NASCIMENTO; AGUIAR, 2025), garantindo um referencial teórico interdisciplinar e atualizado.

O tratamento dos dados e a organização dos argumentos utilizam a Análise de Discurso (AD) e o apoio da Inteligência Artificial (IA) como recurso metodológico complementar. A AD permite desvelar as estratégias de legitimação e narrativas de poder contidas nos discursos institucionais e acadêmicos (ORLANDI, 2015), enquanto a IA atua na sistematização de padrões discursivos e na organização lógica da estrutura do artigo. Essa combinação não substitui o rigor científico, mas amplia a capacidade interpretativa da pesquisa, estruturando o desenvolvimento do manuscrito em três eixos centrais: a dimensão institucional/logística, os limites jurídico-normativos e os impactos socioambientais da vigilância aérea na Amazônia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

- Eficiência Operacional e o Policiamento Orientado pela Inteligência (POI)

O primeiro eixo de análise revela que a adoção de drones pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM) alterou a gramática da vigilância em ambiente de selva. A transição para o modelo de Intelligence-Led Policing permitiu que o Sistema de Inteligência da Polícia Militar (SIPOM) superasse as barreiras geográficas inerentes à região. Através da técnica de fotointerpretação, foi possível mapear rotas de escoamento de ilícitos em varadouros e furos de rio que eram invisíveis ao patrulhamento fluvial convencional (FERREIRA; CAVALCANTE, 2025). Esta capacidade de "antecipação visual" otimiza o emprego da tropa, permitindo que unidades como o COE e o GRAER realizem intervenções cirúrgicas baseadas em dados geoespaciais precisos.



No cenário urbano de Manaus, especificamente em áreas de alta mancha criminal como o bairro Jorge Teixeira, o uso de RPAs demonstrou ser um multiplicador de força no combate a roubos e furtos. A vigilância aérea persistente preenche lacunas de policiamento ostensivo, permitindo a identificação de infratores em fuga e o monitoramento de veículos suspeitos sem a necessidade de perseguições terrestres de alto risco (SANTOS; AGUIAR, 2025). A integração dessas imagens com o sistema de monitoramento centralizado fortalece a percepção de onipresença da polícia, elevando o risco percebido pelo criminoso e, conseqüentemente, reduzindo a incidência de crimes de oportunidade.

A experiência institucional no Festival de Parintins em 2024 serviu como prova de conceito para o gerenciamento de grandes aglomerações. O uso de drones permitiu uma visão holística do fluxo de pessoas, facilitando a identificação de focos de desordem e a rápida mobilização de equipas de pronto-atendimento (FERREIRA; CAVALCANTE, 2025). Mais do que uma ferramenta de repressão, a tecnologia funcionou como um instrumento de gestão de eventos críticos, garantindo a segurança de turistas e residentes através de uma plataforma de observação discreta, mas altamente eficaz na manutenção da ordem pública tridimensional.

Contudo, a discussão operacional não pode ignorar a contra-inteligência praticada pelo crime organizado. A evolução dos padrões de violência no Amazonas indica que facções criminosas têm adotado tecnologias similares para monitorar bases policiais e, em cenários mais extremos, utilizar drones com carga explosiva (NAGEL, 2025; CAVALCANTE, 2026). Este cenário de "corrida armamentista tecnológica" exige que a PMAM não apenas adquira equipamentos de monitoramento, mas invista em tecnologias de interdição (anti-drone) e protocolos de defesa aérea, garantindo que a vantagem tática do Estado não seja neutralizada pela criminalidade organizada.

- Dilemas Jurídicos: Entre a Vigilância e a Privacidade

No plano jurídico, os resultados apontam para um cenário de segurança técnica, mas de fragilidade legislativa. Embora os operadores sigam rigorosamente as normas da ANAC e do DECEA, a ausência de uma lei complementar nacional que discipline especificamente o uso policial de RPAs gera uma zona cinzenta no que tange à colheita de provas (SILVA, 2018). A discussão centra-se na validade das imagens capturadas em



perseguições que adentram o espaço aéreo de propriedades privadas sem mandado judicial. Segundo Lima (2020), a preservação da cadeia de custódia digital é o único mecanismo capaz de garantir que estas evidências não sejam anuladas por tribunais superiores, sob alegação de violação de domicílio por meio remoto.

A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) impõe novos desafios éticos à PMAM. Embora a lei preveja exceções para a segurança pública, o tratamento de dados pessoais coletados por drones — como o reconhecimento facial em espaços públicos — exige a edição de leis específicas para evitar abusos (SILVA, 2020). A discussão sugere que a captação indiscriminada de imagens pode entrar em conflito com o direito à intimidade e à imagem, previstos na Constituição Federal. Assim, a legitimidade das operações aéreas depende da criação de protocolos de transparência que informem a sociedade sobre a finalidade e o tempo de armazenamento dessas informações.

Outro ponto crítico é a proporcionalidade no uso da força e da vigilância. O monitoramento de manifestações populares e movimentos sociais via drones, sem a devida previsão em protocolos operacionais transparentes, pode ser interpretado como um mecanismo de cerceamento do direito de reunião (SILVA, 2020; CALDEIRA, 2025). Os resultados indicam que a PMAM deve adotar uma postura de "vigilância responsável", onde a tecnologia é usada para identificar crimes em flagrante e garantir a segurança do público, evitando a criminalização de condutas lícitas através da monitorização persistente e não autorizada de cidadãos comuns.

Por fim, a regulação do uso de dados obtidos via drones em investigações policiais deve estar alinhada à Portaria MJSP nº 961/2025, que exige decisão judicial para a obtenção de dados sigilosos por meios tecnológicos. A discussão sublinha que a eficácia da prova obtida por RPA está diretamente ligada à capacidade do agente de documentar a necessidade e a urgência da medida (LIMA, 2020). Sem um respaldo jurídico robusto, a modernização tecnológica corre o risco de ser inócua, resultando em nulidades processuais que favorecem a impunidade, minando a confiança da população nas instituições de segurança.

- Impactos Socioambientais e o Enfrentamento de Crimes na Floresta

O impacto ambiental do uso de drones no Amazonas representa uma revolução



na fiscalização do bioma. A integração com o SISNAMA permitiu que a PMAM atuasse como guardiã de áreas de preservação permanente de difícil acesso, identificando focos de desmatamento e garimpo ilegal com uma fração do custo de aeronaves tripuladas (NASCIMENTO; AGUIAR, 2025). A rapidez na detecção de crimes ambientais permite uma resposta repressiva imediata, essencial para conter a degradação em tempo real. Além disso, o uso de sensores térmicos facilita a localização de fontes de calor e atividades suspeitas sob o dossel florestal, onde o olho humano falharia.

Socialmente, a introdução dessas ferramentas em comunidades ribeirinhas e áreas isoladas altera a percepção de presença estatal. Em locais onde a viatura policial raras vezes chega, o drone atua como um símbolo de vigilância e proteção, reduzindo a sensação de abandono institucional (SANTOS; AGUIAR, 2025). No entanto, esta mesma tecnologia pode gerar desconfiança se não for acompanhada de ações de policiamento comunitário. A discussão indica que a população deve ser educada sobre o papel dos drones para evitar que a aeronave seja vista como uma ameaça externa ou um instrumento de repressão indiscriminada às populações tradicionais.

A eficácia dos drones no combate a ilícitos transnacionais nas calhas dos rios Solimões e Negro é um dos resultados mais expressivos desta pesquisa. A capacidade de monitorar portos clandestinos e pontos de transbordo sem expor o policial a emboscadas é vital para o desmantelamento das rotas do narcotráfico (AGUIAR; JÚNIOR, 2025). Ao fornecer imagens de alta definição de atividades de pirataria fluvial e tráfico de armas, os drones subsidiam operações interagências com a Polícia Federal e as Forças Armadas, fortalecendo a segurança das fronteiras amazônicas sob uma perspectiva multidimensional.

Ademais, a utilização de RPAs contribui para a racionalização de recursos públicos através do Fundo Amazonas e do Plano AMAS. A análise demonstra que a substituição de helicópteros por drones em missões de reconhecimento rotineiro gera uma economia significativa em combustível e manutenção, permitindo que o orçamento da segurança seja redirecionado para a formação de pessoal e tecnologia (MONTECONRADO, 2025). Este modelo de gestão eficiente, pautado na sustentabilidade econômica e ambiental, posiciona a PMAM como uma instituição pioneira na adoção de soluções tecnológicas alinhadas aos desafios globais de



preservação da Amazônia.

- Valorização, Segurança e Sustentabilidade Institucional

A dimensão humana da tecnologia revela que os drones são instrumentos de preservação da vida dos policiais militares. Ao realizar missões enfadonhas, perigosas ou sujas (*dull, dangerous and dirty*), as RPAs salvaguardam a integridade física dos agentes em incursões em áreas de risco controlado por facções (MONTECORADO, 2025). A redução da exposição direta ao perigo não apenas preserva o recurso humano, mas também diminui os níveis de estresse ocupacional e distúrbios psicológicos derivados do confronto constante, promovendo uma saúde mental mais equilibrada para o efetivo (SILVA; ALVES, 2014; SILVA et al., 2026).

A valorização profissional manifesta-se também através da especialização técnica. Os resultados mostram que o investimento na formação de pilotos de RPA, capitaneado pela SENASP e replicado internamente na PMAM, cria uma nova elite técnica dentro da corporação (SANTOS; AGUIAR, 2025). Policiais capacitados sentem-se mais integrados à modernidade institucional e detentores de um conhecimento que os diferencia no mercado de segurança pública. Esta valorização intelectual é fundamental para a retenção de talentos e para o fortalecimento da autoestima institucional de uma corporação que opera em condições muitas vezes adversas.

Para que essa inovação seja sustentável, os resultados apontam a necessidade de mecanismos contínuos de financiamento, como a captação de emendas parlamentares e parcerias com o setor privado (SOUZA; AGUIAR, 2025). O território amazônico, com a sua humidade elevada e regime de chuvas intensas, exige drones com especificações técnicas de alta resistência (IP67), cuja manutenção é onerosa. A discussão institucional deve focar na criação de uma linha orçamentária própria para a atualização tecnológica, garantindo que a frota não se torne obsoleta e que o investimento inicial não seja desperdiçado por falta de reposição de peças.

Em conclusão, a integração dos drones na PMAM deve ser acompanhada por uma constante atualização doutrinária. A tecnologia, por si só, é inanimada; o seu sucesso depende da liderança estratégica que saiba ler o cenário geopolítico do tráfico e as demandas sociais da população amazônica (AGUIAR; JÚNIOR, 2025). A discussão final reforça que o drone é o elo entre a tradição do policiamento ostensivo e o futuro



da segurança baseada em evidências, onde a técnica, a racionalidade e o humanismo convergem para a proteção da vida e da dignidade humana no coração da floresta (SILVA et al., 2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação permitiu concluir que a implementação de drones pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM) transcende a mera aquisição de equipamentos, configurando-se como uma reestruturação estratégica essencial para o enfrentamento da criminalidade em território amazônico. A tecnologia demonstrou ser um multiplicador de força indispensável, capaz de superar as barreiras geográficas impostas pela densidade da selva e pela complexidade das vias fluviais. Através do Policiamento Orientado pela Inteligência (POI), a corporação logrou êxito na antecipação de cenários críticos e na otimização do emprego de tropas especializadas, elevando o patamar de eficiência operacional tanto em grandes eventos urbanos quanto no monitoramento de áreas remotas e de difícil acesso.

No que tange à dimensão jurídica e aos direitos fundamentais, a pesquisa evidenciou que o avanço tecnológico caminha a passos mais largos que a legislação brasileira. Embora os operadores sigam as normas técnicas de aviação, a ausência de um marco regulatório federal específico para o uso policial de drones e a necessidade de adequação estrita à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) impõem desafios à validade das provas colhidas e à proteção da privacidade dos cidadãos. Conclui-se que a legitimidade institucional da PMAM depende do estabelecimento de protocolos internos transparentes e de uma governança de dados robusta, que assegurem que a vigilância aérea seja exercida nos estritos limites da legalidade e da proporcionalidade constitucional.

Sob a ótica socioambiental, o uso de RPAs revelou-se um instrumento primordial para a preservação do bioma amazônico. A capacidade de identificar focos de desmatamento, queimadas e garimpo ilegal em tempo real permite que a PMAM atue não apenas na repressão, mas na prevenção de danos ecológicos irreversíveis, muitas vezes em parceria com órgãos de fiscalização ambiental. Socialmente, o drone atua como um vetor de presença estatal em comunidades ribeirinhas isoladas, aumentando



a percepção de segurança e o efeito dissuasório sobre ilícitos transnacionais, como o narcotráfico e a pirataria fluvial, sem a necessidade de incursões terrestres que poderiam elevar a tensão em áreas vulneráveis.

Quanto à valorização do efetivo, a tecnologia provou ser uma aliada fundamental na salvaguarda da integridade física dos policiais militares. Ao substituir o recurso humano em missões de alto risco (enfadonhas, perigosas e sujas), os drones mitigam a exposição direta ao perigo e reduzem os níveis de estresse ocupacional, contribuindo para a saúde mental e a satisfação profissional do agente. A especialização técnica necessária para operar tais sistemas também fomenta uma cultura de excelência e modernização dentro da PMAM, elevando a autoestima institucional e preparando a corporação para os desafios de uma segurança pública baseada em evidências científicas e tecnologia de ponta.

Portanto, a sustentabilidade da inovação tecnológica na segurança pública amazônica requer um planejamento estratégico de longo prazo que garanta financiamento contínuo e atualização doutrinária constante. É imperativo que o Estado assegure investimentos em manutenção e capacitação para evitar a obsolescência da frota diante de uma criminalidade organizada cada vez mais tecnológica. Em suma, o uso de drones na PMAM consolida um modelo de segurança pública que integra técnica, racionalidade e humanismo, posicionando a instituição como referência na defesa do território e da dignidade humana no coração da Amazônia, desde que mantido o equilíbrio entre a eficácia operacional e o respeito inalienável aos direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Denison Melo de; JÚNIOR, Hélio dos Santos. Geopolítica do tráfico de drogas no Amazonas: novas rotas e atores. **RCMS**, Ano V, v. 2, 2025.

BECKER, Gary S. Crime and Punishment: An Economic Approach. **Journal of Political Economy**, v. 76, n. 2, p. 169–217, 1968.

CAVALCANTE, Agley Pereira *et al.* Organizações criminosas e o uso de drones com explosivos: transformação dos padrões de violência e impacto na segurança pública. **RCMS**, v. 1, 2026.

FARIA, Rodrigo Ribeiro de; COSTA, Marledo Egidio. A inserção dos veículos aéreos não



tripuláveis (drones) como tecnologia de monitoramento no combate ao dano ambiental.

Revista Ordem Pública, v. 8, n. 1, jan./jul. 2015.

FERREIRA, Bruno Lucas; CAVALCANTE, Flávio Carvalho. O emprego de drones como assessoramento decisório em operações policiais: a fotointerpretação pelo sistema de inteligência da Polícia Militar do Amazonas em ambiente de selva e áreas ribeirinhas.

Interference Journal, v. 11, n. 2, p. 9463-9479, 2025.

GONÇALVES, J. S.; POLARI, L. E. B.; AGUIAR, D. M. Drones de longo alcance e resistência: inovação na segurança pública amazônica. **Revista Ibero-Americana**, 2026.

JÚNIOR, Edinaldo Inocêncio Ferreira; SANTOS, Ronaldo Pereira; AGUIAR, Denison Melo. Cadastro ambiental rural: a legitimação da grilagem em terras públicas e as estratégias de combate. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 16, n. 46, p. 241-263, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2344>. Acesso em: 30 jan. 2026.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MONTECONRADO, Glenda Martins et al. Drones no enfrentamento do crime: a revolução da segurança pública no Amazonas. **Journal of Media Critiques**, v. 11, n. 28, 2025.

NASCIMENTO, I. M.; AGUIAR, D. M. A integração do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e a Polícia Militar do Amazonas: atuação e desafios na preservação ambiental. **Journal Políticas Públicas & Sociedade**, 2025.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PASSOS, Elysson Leonty dos; KOVALSKI, Jennifer Cristina. A importância da utilização dos drones no âmbito da polícia militar do estado do Paraná. **REASE – Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 06, jun. 2024.

PERES, Amanda Ossami; MOURA, Felipe Mota de; AGUIAR, Denison Melo. Saúde indígena e dificuldades no acesso ao sistema público de saúde no Amazonas. **BIUS – Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, v. 19, n. 13, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/7641>. Acesso em: 30 jan. 2026.

POLARI, L. E. B.; AGUIAR, D. M. Inovação tecnológica na segurança pública em áreas de



fronteira: desafios e oportunidades no estado do Amazonas. **Revista Ibero-Americana**, 2025.

SANTOS, I. R. C.; AGUIAR, D. M. A utilização de drones no policiamento ostensivo como ferramenta de auxílio nas intervenções policiais de roubos, no bairro Jorge Teixeira. **Periódicos Brasil**, 2025.

SANTOS, I. R. C.; AGUIAR, D. M. O impacto dos fatores sociais e geográficos da Amazônia na liderança operacional da Polícia Militar. **Revista Ibero-Americana**, 2025.

SILVA, Aline Soares da *et al.* Uso de drones como ferramentas de monitoramento e combate à violência na Polícia Militar do Estado do Pará. **Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 1-14, 2024.

SILVA, Allan Mariano da *et al.* O uso de drones na atividade policial: benefícios, desafios e regulamentação. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 5, p. 22412-22423, 2025.

SILVA, Edigley Oliveira da; AGUIAR, Denison Melo de; ZOGAHIB, André Luiz Nunes. Os desafios da formação profissional na segurança pública: desafios e perspectivas sob a ótica das teorias criminológicas e da teoria econômica do crime. **PBPC**, v. 4, n. 2, p. 1459-1477, 2025.

SOUZA, S. M.; AGUIAR, D. M. Captação de recursos públicos na Polícia Militar do Amazonas: análise do potencial e dos desafios das emendas parlamentares. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar**, 2025.

SOUZA, Shelley Mousse de *et al.* Políticas públicas de valorização do Policial Militar no estado do Amazonas. **RCMS**, Ano V, v. 2, 2025.